

APÓS AGOSTO, QUEM SE IMPORTA COM AS LÉSBICAS?

Luana Farias de Oliveira

Universidade Federal da Paraíba. E-mail: luanafdo@hotmail.com

Resumo:

A organização de mulheres lésbicas no Brasil data seu início em 1979, durante a Ditadura Militar, em São Paulo. Dezesete anos depois, em 29 de agosto de 1996, acontecia o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). Em 2003, durante a quinta edição do evento, a data foi lançada para demarcar o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, denunciando uma sociedade que, na tentativa de negar nossa existência, nos invisibiliza. Desde então, o mês de agosto vira palco de relativa discussão acerca da lesbianidade. Porém, ainda que passados trinta e oito anos desde o início da organização política das mulheres lésbicas, a pauta da visibilidade permanece uma necessidade urgente. Neste artigo, busco discutir este tema histórico do movimento para além da pontualidade e superficialidade com que costuma ser abordado, sendo necessário, assim, recorrer à consubstancialidade dos sistemas capitalista, racista e patriarcal que organiza estruturalmente as relações sociais, para entender os efeitos produzidos sobre nós, mulheres lésbicas. A invisibilidade, pois, atravessa e determina todas as esferas de nossas vidas, desde a inexistência de preservativos para a relação sexual entre mulheres até a escassez de produções teóricas acerca da lesbianidade.

Palavras-chave: Invisibilidade Lésbica, Lesbianidade, Patriarcado, Heterossexualidade Compulsória.

1. Introdução

A lesbianidade é marcada de maneira central pela invisibilidade, fato facilmente verificável se observado como o tema é tratado na academia, no senso comum, nas instituições e nos movimentos feminista e LGBT. Sobre a lesbianidade pouco é discutido, teorizado ou representado artisticamente – quando o é, seu lugar está reservado à margem das demais temáticas. Pesam sobre as mulheres lésbicas o apagamento de sua história e a negação de sua existência, esforço que o sistema patriarcal – que se fundamenta também na heterossexualidade e apropriação das mulheres – vem empregando há milênios, aliado ao capitalismo e racismo. Se por um lado a afirmativa evidencia a força do “inimigo”, por outro demonstra que a resistência das mulheres lésbicas não é fraca nem recente.

Este artigo é fruto de uma inquietação pessoal com o silêncio que pesa sobre a lesbianidade seja nos movimentos feministas e LGBT, seja nas produções acadêmicas. Parto da percepção de que as lésbicas organizadas politicamente estão engajadas em pautas de outros sujeitos políticos enquanto as suas permanecem comumente hostilizadas, desrespeitadas e marginalizadas nos variados espaços políticos. Assim, as mulheres lésbicas buscam saídas alternativas, que em geral não passam pelo centro dos debates dos movimentos citados, para trabalhar pautas específicas como saúde sexual da mulher lésbica, lesbofobia, violência nos relacionamentos afetivo/sexual entre mulheres e estupro corretivo.

A invisibilidade e marginalização que pesam sobre as discussões acerca da lesbianidade são entendidas neste trabalho como consequências da articulação entre patriarcado, capitalismo e racismo – o nó, como teorizou Saffioti (2015) – que organiza estruturalmente as relações sociais. Fundamentam-se no sistema heterossexista e na apropriação dos corpos e vidas das mulheres, que geram mecanismos de controle sobre nós e garante aos homens o nosso fácil acesso (Guillaumin, 2014).

Neste artigo busco abrir espaço para uma discussão profunda e responsável sobre a invisibilidade lésbica, o que só é possível, em minha opinião, questionando as raízes do problema. A invisibilidade lésbica é incompreensível se desconsiderada a estrutura social em que vivemos, que é determinada pelo sistema capitalista-racista-patriarcal.

2. Metodologia

Antes de ser um amontoado de palavras, este é um grito por existência feito por todas as mulheres lésbicas e bissexuais. Dessas, utilizo para a construção deste artigo as produções teóricas das autoras Jules Falquet, Ochy Curiel, Heleieth Saffioti, Adrienne Rich, Colette Guillaumin e Tania Navarro Swain, que irão contribuir para as reflexões sobre o lugar da lesbianidade em uma sociedade estruturada pela consubstancialidade do capitalismo, racismo e patriarcado, em que as mulheres são marcadas, além da opressão, por relações de apropriação, não havendo espaço para o relacionamento afetivo e sexual com outra mulher¹.

O artigo é parte de uma pesquisa bibliográfica em andamento. Seu objeto de estudo desdobra-se em três dimensões, quais sejam: as determinações estruturais da invisibilidade lésbica, as consequências de tal apagamento e as possíveis estratégias de superação. Assim, espero abrir, nem que seja à força, espaço para a multiplicação das reflexões sobre a lesbianidade, o que possibilitará contribuir para o fortalecimento da organização de mulheres lésbicas e bissexuais, bem como impulsionar a sua discussão responsável dentro do movimento feminista e LGBT.

3. Resultados

As produções teóricas e as ações políticas das mulheres lésbicas coloca a urgência em aprofundar o debate acerca da lesbianidade, onde a denúncia da invisibilidade é central. Com ousadia e coragem, o movimento lésbico vem denunciando a misoginia do movimento LGBT e o heterocentrismo do movimento feminista, que em geral não abarcam as demandas das mulheres lésbicas e bissexuais a suas agendas de luta, sendo essa não só uma insuficiência, mas uma séria contradição dos movimentos, pois não há a sujeita política *mulher* subtraindo as lésbicas, nem existe movimento LGBT sem o L.

4. Discussão

Histórica e socialmente, a heterossexualidade é construída como a única orientação sexual possível, enquanto sua subversão pode ser punida – e comumente o é – com lágrimas, sangue e vida². A violência aqui empenhada não só é essencial para garantir a manutenção desta aparente

¹ A homossexualidade feminina só é estimulada socialmente quando está a serviço do prazer masculino. Entretanto, o fato não faz com que esta seja uma orientação sexual legitimada, ao contrário: escancara a objetificação da qual somos vítimas.

² Atualmente, ser lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual é crime em 73 países, sendo aplicável a pena de morte em 13 deles. Embora o Brasil não faça parte desta lista, o país registra o alarmante dado de uma morte por LGBTfobia a cada 25 horas, segundo monitoramentos anuais feito pelo Grupo Gay da Bahia.

naturalidade como é, ela mesma, um dos pilares para o funcionamento do patriarcado, que, em simbiose com o capitalismo e o racismo, organiza estruturalmente as relações sociais. Segundo Saffioti (2015, p. 136), “é a dinâmica entre controle e medo que rege o patriarcado”. Porém, a violência não pode ser compreendida apenas como a ruptura da integridade física, pois esta é apenas uma de suas várias manifestações.

No tocante às mulheres lésbicas e bissexuais, uma violência velada estrutura nossas vidas: a invisibilidade. As demandas das mulheres lésbicas são comumente hostilizadas e marginalizadas pelo movimento feminista e LGBT que, via de regra, pautam o assunto apenas pontual e superficialmente.

Há, por exemplo, uma profunda escassez de produções teóricas acerca da lesbianidade. Consequentemente, em eventos sobre diversidade sexual, gênero ou feminismo, são raros os grupos de trabalho que debatem lesbianidade³. Isso não é uma violência? As lésbicas foram perseguidas pela Ditadura Militar como bruxas e sua organização política travou importante luta contra o regime e pela democratização, embora esse debate ganhe ínfimo espaço até mesmo na produção teórica sobre a relação da população LGBT com a Ditadura Militar e, consequentemente, seja massivamente desconhecida (OLIVEIRA, 2017). Esta não é uma violência? Ainda não foi desenvolvido nenhum preservativo para a relação sexual entre mulheres. Não seria esta mais uma violência?

Se as pautas das mulheres lésbicas são barradas ou limitadas dos espaços de discussão que lhes envolve, não é possível transformar a vida das mesmas. Assim, da mesma forma é também impossível tirar do feminismo o caráter heterocentrado e a misoginia do movimento LGBT. Não reconhecer a história das mulheres lésbicas é violência. (Idem, 2017, p. 18)

A visibilidade lésbica é, por certo, a mais antiga pauta e bandeira de luta das mulheres lésbicas organizadas. Não à toa tem-se um dia dedicado a ela, que comumente se transforma em semana ou mês, e conta com espaços de discussões e atividades alusivas ao 29 de Agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, promovida pelas organizações de lésbicas e feministas.

³ O evento Desfazendo Gênero de 2017 e de 2016 tiveram, em cada edição, apenas um espaço destinado à discussão da lesbianidade. O Fazendo Gênero de 2017 apresentou um grupo de trabalho, mas em sua edição de 2016 não havia nenhum. O evento REDOR (Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero) de 2016 também não contou com nenhum grupo de trabalho sobre as mulheres lésbicas.

Entretanto, observo que as discussões acerca das demandas das mulheres lésbicas têm um caráter superficial e o empenho em tirá-las da invisibilidade não ultrapassa a pontualidade da data.

4.1 O que a invisibilidade esconde?

Para uma mulher lésbica ou bissexual, perceber a invisibilidade não requer grande esforço, pois ela é vivida na pele diariamente e em todos os espaços. Já para o restante da população, parece haver uma profunda dificuldade em identificar a invisibilidade lésbica e compreendê-la em sua estrutura heterossexista, elemento constitutivo do patriarcado que, em simbiose com o capitalismo e racismo, organizam estruturalmente as relações sociais e nos coloca em tal posição. Compreender esta estrutura e conhecer a História que o patriarcado omite são ferramentas essenciais para que não se cometa o erro de culpabilizar a lésbica pela própria condição.

Como fio condutor da discussão proposta pelo artigo – determinações e consequências da invisibilidade lésbica, assim como possíveis estratégias de superação – , trago três acontecimentos que considero emblemáticos para a compreensão da complexidade do tema.

Há exatamente um ano acontecia, como costuma haver também nos outros, eventos alusivos à visibilidade lésbica em João Pessoa, Paraíba. Momento muito esperado por mim e por outras mulheres lésbicas que veem no *29 de agosto* uma rara oportunidade de dialogar sobre suas pautas e ser compreendida, falar e ser escutada. As atividades em razão da data deveriam reunir mulheres lésbicas e bissexuais para falar em primeira pessoa entre si e também para o mundo, pois tão importante quanto fortalecer as sujeitas políticas é também fragilizar as estruturas do heterossexismo, sendo ambas ações indissociáveis e dependentes. A data, que deveria proporcionar também a socialização de produções sobre a lesbianidade nas diversas áreas, como artísticas, culturais e acadêmicas, entretanto, não aconteceu dessa forma em 2016.

Por mais surpreendente que possa parecer, as convidadas para a atividade, que fora organizada por mulheres lésbicas e bissexuais da cidade com vistas a contemplar os temas de violência e saúde, falaram tão somente das especificidades das mulheres heterossexuais, ‘esquecendo’ que estavam em uma atividade alusiva ao Dia da Visibilidade Lésbica e não em outro evento sobre mulheres que ocorre durante todo o ano, onde se naturaliza não tratar com a devida responsabilidade das pautas trazidas pelas lésbicas.

A encarregada em discutir a violência não citou – ou não sabia? – que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo para LGBTs, registrando um assassinato a cada vinte e cinco horas

(GGB, 2016), e que a Paraíba está no *ranking* dos Estados mais violentos. Também não tratou do estupro corretivo, violência vivida particularmente pelas mulheres lésbicas para lhes corrigir a ‘doença’, ‘pecado’ e/ou o ‘desvio moral’ da homossexualidade. Muito menos falou da aplicabilidade da Lei Maria da Penha para as lésbicas e bissexuais.

Já a palestrante convidada para discutir a saúde da mulher lésbica encarregou-se de apresentar, através de ilustrações da vulva e vagina, os pontos de prazer da mulher. Também ‘esqueceu’ de que a saúde sexual é uma das questões mais urgentes para nós, que não temos preservativos que nos proteja na relação sexual, pois ambas as camisinhas, feminina e masculina, são feitas para uma relação sexual onde haja um falo, restando-nos gambiarras que não funcionam.

O segundo caso aconteceu no mesmo ano, em uma palestra sobre lesbianidade na Universidade Federal da Paraíba. Tudo ocorria bem até que uma das palestrantes convidadas iniciou sua fala dizendo, em tom de brincadeira, sofrer ‘heterofobia’ dentro do movimento feminista que participava, após apresentar-se heterossexual. Em seguida, fez uma fala superficial sobre a conjuntura política sem ao menos relacioná-la com a vida das mulheres lésbicas e bissexuais.

O que faz uma pessoa sentir-se à vontade para, em um evento feito por, para e sobre nós, fazer piada com a violência que sofremos? Como compreender o núcleo de um movimento feminista internacional, com atuação no Brasil há 17 anos, não ter acúmulo sobre a lesbianidade e, ainda por cima, cometer a irresponsabilidade de enviar para o debate uma militante sem vivência nem debate teórico acerca do tema? Será que o mesmo aconteceria em um evento com outra temática?

Ao contrário dos dois primeiros casos relatados, no terceiro não fui telespectadora, mas participante. Em meio a uma acalorada discussão sobre machismo com um homem – pois não costumo ficar calada quando os vejo proferir violências – o mesmo afirma que não sou lésbica, justificando pela minha *insuficiente* experiência com homens.

Ora, quem pode ser mais qualificado e legitimado que um homem para afirmar a orientação sexual de uma mulher? O que lhe dá poder para fazer tal contestação? Certamente, anos afirmando publicamente a lesbianidade, pautando-a em uma sociedade extremamente machista e lesbofóbica, de nada serviriam perto de seu veredito. Perto de seu falo, minha lesbianidade se converteria pequena e curável.

Estes acontecimentos são emblemáticos para se compreender a materialidade da invisibilidade lésbica na vida das mulheres. No primeiro e segundo casos nota-se o distanciamento que profissionais de serviços para mulheres e movimento feminista, respectivamente, têm para com a temática, evidenciando o que Tânia Navarro-Swain (2000) chamou de “política do esquecimento” para denunciar a naturalização da invisibilidade lésbica, que serve, por sua vez, a interesses patriarcais.

O terceiro e último caso relaciona-se à análise de Adrienne Rich ([1980]1998) sobre a heterossexualidade. A teórica estadunidense foi uma das primeiras, juntamente com Monique Wittig e Gayle Rubin, a desnaturalizar a heterossexualidade (Falquet, 2012). Analisou-a como uma instituição política obrigatória sustentada pela violência e controle da consciência da mulher, conceituando a partir da heterossexualidade compulsória a naturalização do desejo das mulheres pelos homens, chamando de “ideologia do romance heterossexual”.

A autora analisou a obrigatoriedade desta instituição em diferentes momentos da história através do cinturão de castidade, o casamento infantil, a erradicação da existência lésbica, a idealização do amor e o casamento heterossexual, a mutilação do clitóris, entre outras práticas que tem implicado a imposição da força física sobre as mulheres, em muitos casos, e em outros o controle de sua consciência (Curiel, 2013, p. 48; tradução feita pela autora).

4.2 Das estratégias de superação

Internacionalmente, o movimento lésbico emerge no mundo ocidental no fim da década de 1960. Surge vinculado ao ‘movimento homossexual’ e embasado nas críticas da segunda onda do feminismo, quando o patriarcado passa a ocupar lugar central para a compreensão da dominação e opressão dos homens sobre as mulheres (Falquet, 2009).

O movimento lésbico pauta-se nas críticas dos movimentos feminista e homossexual que formam, segundo LHOMOND (2009, p. 234), “a ponta de lança de uma crítica radical das normas sexuais”. Não demora, porém, para que as suas integrantes comecem a criticar o machismo e misoginia do movimento homossexual, que acarreta na hostilidade e marginalização para com as pautas das mulheres. À medida que elas se aproximam do feminismo e este vai se mostrando omissivo frente às suas pautas, o mesmo também vira alvo de críticas por parte das lésbicas, denunciando-lhe o caráter heterocentrado. Neste momento, o movimento lésbico possibilita contribuir com ambos os movimentos ao lhes interrogar sobre seus limites (Falquet, 2012).

Assim, o primeiro tipo de contribuição do movimento lésbico para os outros movimentos sociais não é outro senão lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas suas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos, muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos. (FALQUET, 2012, p.15)

Posteriormente, o próprio movimento lésbico é questionado pelas negras e/ou trabalhadoras por ser elitista, branco e universitário. Em 1979, o grupo Combahee River Collective responde a todas as insuficiências de análise dos movimentos em um manifesto que se tornou clássico. Ao declarar a inseparabilidade das opressões capitalista, patriarcal e racista, “suas militantes afirmam a inelutibilidade da luta simultânea em diversas frentes. Em seguida, elas insistem na necessidade de que todos assumam a responsabilidade das diversas lutas” (FALQUET, 2012, p.17).

Começa-se a refletir, então, que para a real transformação social é imprescindível agir de forma condizente com a realidade. Daí a inseparabilidade da crítica ao racismo, à sociedade de classes e ao patriarcado heterossexista, sendo a análise pela consubstancialidade uma importante ferramenta.

5. Conclusões

“Caminante, no hay camino, se hace camino ao andar...”⁴ Com muito esforço, posto que a produção teórica acerca da lesbianidade é escassa, a invisibilidade lésbica é assumida neste trabalho como desafio e tarefa. Neste ponto do texto, chego à evidência de que não é necessário apenas falar e escrever, debater e teorizar sobre a lesbianidade: precisamos criar nossas próprias referências e destruir o olhar moralista, patologizante ou criminológico que lançam sobre nós.

6. Referências

CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual*: análisis del discurso jurídico y el regime heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.

FALQUET, Jules. *Lesbianismo*. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 122-128.

⁴ Trecho do poema *Cantares*, de Antônio Machado. Tradução: “Caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar”.

_____, Jules. *Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política*. Cadernos de Crítica Feminista, Recife, ano VI, n. 5, P. 8-31, dez. 2012.

GUILLAUMIN, Colette. *Prática do poder e ideia de natureza*. In: O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Organizadoras: Verônica Ferreira... [et al.]. Recife: SOS CORPO, 2014.

LHOMOND, Brigitte. *Sexualidade*. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 231-235.

OLIVEIRA, Luana. *Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985)*. Periódicus, v. 1, n. 7, p.06-19, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. SP: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SWAIN, Tânia Navarro. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense. 2000.

RICH, Adrienne. Rich, Adrienne. ([1980]1998). *La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana*. In: Navarro, Marysa y Catherine R. Stimpson. (comps). *Sexualidad, género y roles sexuales*. Argentina: Fondo de Cultura Económica. Primera edición en inglés *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*. pp. 36-64.